

As divergências no BID

Washington — A conferência anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que começa na próxima semana em Miami, promete uma dura briga entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, com o Brasil à frente, sobre o processo de veto nas decisões do BID. Além disso, o governo americano pretende batallar firme por uma mudança na orientação dos empréstimos do BID às nações do continente.

O governo Reagan ameaça com um corte na participação americana nos fundos do BID — os Estados Unidos são o principal país doador — caso suas exigências não sejam aceitas. Não se trata de uma represália, mas sim da possibilidade concreta de que o congresso em Washington, ávido por enxugar os gastos públicos, corte a dotação americana para o BID, passando por cima até dos desejos do governo.

Os Estados Unidos querem que o BID empreste mais nos próximos anos e está disposto a injetar de 20 a 25 bilhões de dólares em novos recursos até 1991. Exige porém uma reorientação no destino dos créditos: ao invés de grandes projetos desenvolvimentistas muitas vezes faraônicos, Washington quer que anualmente pelo menos 3 bilhões de dólares em empréstimos sejam diretamente condicionados a programas de reformas estruturais nos países tomadores e que o resto dos créditos sejam orientados da mesma forma. O objetivo do governo Reagan é promover o crescimento econômico

latino-americano garantindo, ao mesmo tempo, a capacidade e a regularidade dos pagamentos da dívida externa do continente.

Os países latino-americanos concordam quase sem reservas com estas exigências dos Estados Unidos. Mas não aceitam a mudança no sistema de veto que Washington pretende. Atualmente, requer-se maioria simples para vetar uma proposta no BID. Os Estados Unidos querem que o veto seja possível com 35% dos votos. Como Washington possui 34,6% das ações com direito a voto, bastaria o apoio de apenas um país ou eleitor para vetar o que o governo Reagan desejasse. Os latino-americanos não aceitam poder de veto com menos de 40% dos votos.

Outro ponto de discórdia com os latino-americanos está na insistência, apregoada principalmente pelo Brasil, de que o crescimento da região continue em níveis altos, entre 7% e 8%. Banqueiros e membros do governo em Washington acham este índice muito alto e perigosamente aquêcedor da economia. Mas, segundo análises de técnicos do BID e do Banco Mundial, os países da América Latina não têm mais muito por onde apertar o cinto.

— Para os bancos é conveniente receber o que lhes é devido, mas para que isto ocorra, os países precisam crescer. Se eles não crescerem, não serão capazes de pagar e então haverá **default** (falta de pagamentos) — comentou o presidente do BID, Antonio Ortiz Mena.